Rua Álvares Cabral, 306 4050-040 PORTO Telefone: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97 www.aiccopn.pt

E-mail: geral@aiccopn.pt



ADVERTE-SE QUE A PRESENTE MINUTA CONSTITUI APENAS UM EXEMPLO, PELO QUE DEVERÁ A MESMA SER ADAPTADA CASO A CASO, EM FUNÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES QUE TIVEREM LUGAR.

A AICCOPN NÃO SE RESPONSABILIZA PELA INSUFICIENTE OU INDEVIDA ADAPTAÇÃO DO CLAUSULADO.

(NOTA PRÉVIA: Nos termos do n.º 1 da Cl.º 24.º do Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor da Construção Civil e Obras Públicas, publicado no BTE. n.º 30, de 15 de agosto de 2016, a cedência definitiva do trabalhador de um empregador para outro só é permitida se à respectiva proposta, apresentada com a antecedência mínima de 15 dias, der o trabalhador o seu acordo por escrito e não determinar diminuição dos direitos, regalias e garantias estipuladas na lei e neste contrato, nomeadamente os decorrentes da antiguidade, que será sempre contada a partir da data de admissão ao serviço da cedente.

Efetuada a referida proposta e obtido o acordo escrito do trabalhador, deverá ser elaborado e entregue ao trabalhador o documento escrito, assinado pela entidade cedente e pela cessionária, nos termos a seguir indicados)

CEDÊNCIA DEFINITIVA DE TRABALHADORES

(De acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor da Construção Civil e Obras Públicas, publicado no B.T.E. n.º 30, de 15 de agosto de 2016)

PAPEL TIMBRADO OU PAPEL BRANCO, apondo-se o respectivo CARIMBO DA **FIRMA CEDENTE** do trabalhador

PAPEL TIMBRADO OU PAPEL BRANCO, apondo-se o respectivo CARIMBO DA **FIRMA CESSIONÁRIA** do trabalhador

ENTRE:	
1 ^a OUTORGANTE:	, sociedade (por quotas, anónima,),
com Sede na Rua, n.º,	na cidade de, inscrita nos serviços da
Segurança Social sob o n.º, pessoa col	etiva/número de identificação fiscal,



Rua Álvares Cabral, 306 4050-040 PORTO Telefone: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97

Associação dos industriais da Construção Civil e Obras Públicas

www.aiccopn.pt E-mail: geral@aiccopn.pt

pelo sócio gerente (administrador),, residente da Rua
na cidade de, detentor(a) de apólice de
seguro de acidentes de trabalho n^{ϱ} , da Companhia de Seguros "", na
qualidade de Empresa CEDENTE;
e
2º OUTORGANTE:, sociedade (por quotas, anónima,), com Sede
na Rua, n.º, na cidade de, inscrita nos serviços da Segurança Social
sob o n.º, pessoa coletiva/número de identificação fiscal, titular do
Certificado de Empreiteiro de Obras (Públicas ou Particulares) / Alvará de Empreiteiro de
Obras (Públicas ou Particulares) (IMPIC, I.P.) n.º, representada pelo sócio
gerente (administrador),, residente da Rua,
$n.^{\circ}$ na cidade de, detentor(a) de apólice de seguro de acidentes
de trabalho n^{ϱ} , da Companhia de Seguros "", na qualidade de
Empresa CESSIONÁRIA;
é celebrado o presente ACORDO DE CEDÊNCIA DEFINITIVA DE TRABALHADOR(ES), nos termos
do disposto na Cláusula 24.ª do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor da Construção Civil e Obras
Públicas (CCT), publicado no B.T.E. n.º 30, de 15 de agosto de 2016, e regido pelos termos e
condições das Cláusulas seguintes:
42
1º - Em de (identificar a data de admissão do(s) trabalhador(es), a 1.º
Outorgante celebrou contrato de trabalho sem termo (ou a termo, no caso de ter sido justificado ao
abrigo do n.º 3 da Cláusula 54.ª do CCT) com (identificar o(s)
trabalhador(es) abrangido(s) pela cedência definitiva) (estado civil, profissão), residente na Rua
, n.º,
Contribuinte fiscal n.º, beneficiário n.º, da Segurança Social, exercendo o
mesmo a profissão de, com a categoria profissional de,
com a remuneração de (indicar a remuneração do trabalhador).

titular do Certificado de Empreiteiro de Obras (Públicas ou Particulares) / Alvará de Empreiteiro de Obras (Públicas ou Particulares) (IMPIC, I.P.) n.º....., representada



Rua Álvares Cabral, 306 4050-040 PORTO Telefone: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97

www.aiccopn.pt E-mail: geral@aiccopn.pt



2ª - Na sequência do acordo por escrito dado pelo trabalhador em
de de à proposta que atempadamente lhe foi apresentada, a 1.ª
Outorgante acorda em ceder de forma definitiva para a 2.ª Outorgante, que aceita tal cedência, o
trabalhador em apreço, sem prejuízo da salvaguarda de todos os seus respetivos direitos, regalias e
garantias, incluindo as decorrentes da antiguidade.
3ª – A cedência definitiva do trabalhador terá início no dia de de, data a partir
da qual passará a ficar sujeito ao poder de direção da 2.ª Outorgante.
4ª - A partir da data de início da cedência definitiva do trabalhador, este passará a exercer as suas
funções indistintamente nas diversas obras executadas pela 2.ª Outorgante. (Caso se trate de
trabalhador com local de trabalho não fixo).
(Nota: tratando-se de trabalhador com local de trabalho fixo, a cláusula deverá ter a
seguinte redação:
A partir da data de início da cedência definitiva do trabalhador, este passará a exercer as
suas funções na (obra / sede da empresa / etc.), sita na Ruan.º
na freguesia de, concelho de, sem prejuízo da eventual
transferência para outras obras ou locais, quando necessário.
transferencia para outras obras ou locais, quando necessario.
5ª – A cedência do trabalhador ficará sujeita às seguintes condições: (descrever
condições especiais em que o trabalhador é cedido, se as houver).
condições especiais em que o trabalhador e cedido, se as nouver).
6ª – A 2.ª Outorgante assume a responsabilização solidária pelos créditos salariais do trabalhador
cedido sobre a 1.ª Outorgante, vencidos nos 12 meses anteriores à cedência.
cedido sobre a 1.º Odiorganie, vencidos nos 12 meses antenores a cedencia.
Por estar conforme à vontade das partes, o presente acordo vai ser por elas assinado, sendo
elaborado em triplicado, ficando cada uma delas com um exemplar, entregando-se o terceiro ao
trabalhador identificado na Cláusula 1.ª.
trabalitador identificado ha Ciausula 1
(/)
(local), de de 2



Rua Álvares Cabral, 306 4050-040 PORTO Telefone: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97 www.aiccopn.pt

www.aiccopn.pt E-mail: geral@aiccopn.pt



ssinatura, sob carimbo, do representante	e legal da em _l	presa cedente	do trabalhador)	

NOTAS:

- Uma cópia do presente documento escrito deverá ser obrigatoriamente entregue ao trabalhador cedido, não conferindo a cedência definitiva, por si só, o direito do dito funcionário a indemnização por despedimento pago pela entidade empregadora cedente (identificada na presente minuta como 1.ª outorgante);
- No prazo de sete dias a contar do início da prestação do trabalho junto da empresa cessionária (identificada na presente minuta como 2.ª outorgante), pode o trabalhador reassumir o seu cargo ao serviço da entidade cedente, revogando o acordo referido no n.º 1 da Cl.ª 24.ª do CCT.

ANEXO:

Contrato Coletivo de Trabalho do Setor da Construção Civil e Obras Públicas, publicado no B.T.E. n.º 30, de 15 de agosto de 2016

Cláusula 24ª - Cedência definitiva de trabalhadores

1 – A cedência definitiva do trabalhador de um empregador para outro só é permitida se à respectiva proposta, apresentada com a antecedência mínima de 15 dias, der o trabalhador o seu acordo por escrito e não determinar diminuição dos direitos, regalias e garantias estipuladas na lei e neste contrato, nomeadamente os decorrentes da antiguidade, que será sempre contada a partir da data de admissão ao serviço da cedente.



Rua Álvares Cabral, 306 4050-040 PORTO Telefone: 22 340 22 00 Fax: 22 340 22 97

www.aiccopn.pt E-mail: geral@aiccopn.pt



- 2 Apenas existe cedência definitiva do trabalhador, nos termos do número anterior, quando esta conste de documento escrito, assinado pela entidade cedente e pela cessionária, do qual será obrigatoriamente fornecida cópia ao trabalhador, e cedência essa que não confere a este, por si só, direito a indemnização por despedimento pago pelo empregador cedente.
- 3 O documento referido no número anterior conterá obrigatoriamente:
 - a) A identificação, remuneração, categoria e antiguidade do trabalhador;
- b) Local de trabalho onde o trabalhador prestará serviço ou, se for caso disso, o carácter não fixo do mesmo:
 - c) Condições especiais em que o trabalhador é cedido, se as houver;
 - d) Salvaguarda de todos os direitos, regalias e garantias do trabalhador, incluindo as decorrentes da antiguidade;
- e) Responsabilização solidária do empregador a quem é cedido o trabalhador pelos créditos deste sobre a cedente, vencidos nos 12 meses anteriores à cedência.
- 4 No prazo de sete dias a contar do início da prestação do trabalho junto da entidade cessionária, pode o trabalhador reassumir o seu cargo ao serviço da entidade cedente, revogando o acordo referido no nº 1 desta cláusula.
- 5 O disposto na presente cláusula não prejudica a faculdade de o empregador admitir o trabalhador nos termos de outras disposições aplicáveis deste contrato.

